

CVM aperta o cerco à não divulgação de fatos relevantes e informação incompleta **D1**

Grécia fecha plano de austeridade com FMI e União Europeia **C2**

Luciano Coutinho, do BNDES, prevê dois anos difíceis para o Brasil **A3**



Valor ECONÔMICO

Destaques

Metalúrgico gaúcho pode parar
Insatisfeitos com os reajustes oferecidos pelas empresas nas negociações salariais, metalúrgicos gaúchos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) ameaçam parar a partir de segunda-feira. **A3**

Ministras reforçam PT no Sul
As nomeações de Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti para o Ministério reforçaram politicamente o PT sulista, que espera reverter o declínio da legenda na região. O partido aposta na ministra-chefe da Casa Civil para o governo do Paraná em 2014. **A9**

Varejo avança em Florianópolis



Apesar da previsão de crescimento menor neste ano, as principais redes de supermercados regionais de Santa Catarina — Angeloni, Giassi e Bistek — investem na abertura de novas lojas, principalmente na Grande Florianópolis, diz Walter Ghislandi. **B4**

Agências virtuais diversificam
Agências de turismo on-line e buscadores de viagens tentam elevar a venda de estadias em hotéis e outros serviços para reduzir a dependência das passagens aéreas, que chegam a representar até 80% da demanda. **B4**

Coca amplia fábrica no Paraná
A Spaipa, franqueada da Coca-Cola para o Paraná e o interior de São Paulo, vai investir R\$ 200 milhões neste ano. A maior parte será destinada à expansão da unidade de Maringá (PR), que vai ganhar uma nova linha de envase de refrigerantes. **B5**

Shell aposta em nova tecnologia
A Royal Dutch Shell adota uma nova tecnologia para exploração de gás natural liquefeito (GNL) em águas profundas, tornando comercialmente viáveis campos que, no passado, seriam pequenos ou distantes demais da costa. **B7**

Carvão sustentável
A Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia desenvolveu um sistema de produção sustentável de carvão vegetal que promete maior rendimento e menor impacto ambiental. **B8**

Motos ultrapassam a crise
A venda de motocicletas no país deve retornar ao ritmo de antes do início da crise financeira, em 2008, e voltar para a casa dos dois milhões de unidades. Até maio, foram emplacadas 756,1 mil unidades. **B8**

'Fiscais' da ética
Grandes companhias que enfrentaram escândalos de fraudes ou corrupção nos últimos anos, como Daimler, Siemens e Renault, criam diretorias ou cargos no conselho destinados a fiscalizar a lisura dos procedimentos corporativos. **D10**

Mais varas trabalhistas
A presidente Dilma Rousseff autorizou a criação de 84 varas trabalhistas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Piauí, Maranhão e Ceará. Além disso, tramitam no Congresso oito projetos de lei para a instalação de mais 56 varas em oito Estados. **E1**

Ideias

Yu Yongding
O caminho do yuan para tornar-se uma moeda verdadeiramente internacional promete ser acidentado. **A11**

Alex Ribeiro
Auditoria conclui que faltou ao FMI capacidade para refletir sobre realidades econômicas que fogem ao manual. **A2**

Indicadores

Bovespa (22/06/11)	-0,37%	R\$ 52 bi
Dólar comercial (22/06/11)	1,5870/1,5890	
Dólar turismo (22/06/11)	1,5869/1,5877	
Euro (22/06/11)	1,5300/1,6900	
Real/Euro (BC)	1,5800/1,6900	
Real/US\$ (BC)	2,2801/2,2814	
US\$/Euro (BC)	1,4368/1,4369	



Preço de exportação em alta limita déficit externo

João Villaverde e Sergio Lamucci
De Brasília e de São Paulo

Nos últimos cinco anos, os preços de exportação dos produtos brasileiros cresceram 78%, mais que o dobro da alta dos preços dos bens dos produtos importados. Essa diferença de ritmo deu uma segurança extra às contas externas do país. Sem ela, o déficit em conta corrente, hoje na casa de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), seria muito maior, superando 4% do PIB.

O Brasil acumula nos últimos 12 meses um superávit comercial superior a US\$ 20 bilhões. Se os termos de troca — a razão entre cotações de vendas e compras externas — estivessem hoje nos níveis de 2005, quando estavam próximos da média histórica, o Brasil teria nos 12 meses até abril um rombo na balança comercial de US\$ 21,7 bilhões, em vez de

um superávit de US\$ 23,2 bilhões, segundo cálculos do J.P. Morgan. Essa piora de quase US\$ 45 bilhões no saldo comercial faria o déficit em conta corrente pular de US\$ 48,9 bilhões para US\$ 93,8 bilhões.

O aumento dos preços de exportação reflete o comportamento e o peso das commodities na balança comercial brasileira. No cenário de deterioração da crise europeia, uma desaceleração mais forte da economia global tenderia a afetar as cotações dos produtos primários, reduzindo o saldo comercial, e também pode ter impacto negativo sobre os fluxos de capital estrangeiro que têm ajudado a financiar o rombo na conta corrente (as transações de bens, serviços e rendas com o exterior).

Hoje, esses riscos são considerados relativamente pequenos e um déficit inferior a 2,5% do PIB parece razoável. Além das reservas superiores a US\$ 330 bi-

lhões, os investimentos estrangeiros diretos têm superado com folga o buraco em conta corrente. Importante por cobrir integralmente o elevado rombo, esse fluxo crescente de investimento para atividades produtivas deve rondar US\$ 60 bilhões neste ano, mas até mesmo esse financiamento pode ser reduzido caso haja uma desaceleração mais significativa da economia global ou um aumento mais forte da aversão ao risco.

Para o economista-chefe do J.P. Morgan, Fabio Akira, a dependência da balança comercial em relação às commodities deixa claro que o país está mais sujeito às oscilações do crescimento global, especialmente da China. Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), vê com preocupação o déficit em conta corrente. Ele parece "inofensivo, mas se o humor externo mudar, pode ficar complicado". **Página A3**

Megaoperação para derrubar o petróleo

Keith Johnson e Guy Chazan
The Wall Street Journal

Os EUA e outros 27 países aceitaram ontem liberar 60 milhões de barris de petróleo de suas reservas estratégicas, baixando temporariamente a cotação para o menor nível em quatro meses, num esforço polêmico para sustentar a frágil recuperação da economia mundial. A intervenção foi criticada pela indústria petrolífera, grupos empresariais e políticos. A Casa Branca alega que a decisão de liberar parte das reservas visa a ajudar a substituir parte dos 140 milhões de barris perdidos por causa da guerra civil na Líbia, e para impulsionar a oferta durante a temporada de verão nos EUA, em que o consumo de gasolina atinge o auge. O impacto da medida provavelmente será mais psicológico. Os 60 milhões de barris são menos que um dia do consumo mundial. O petróleo caiu 4,6% em Nova York e fechou a US\$ 91,02 o barril. **Página A13**

China e Rússia enfrentam o Brasil no G-20

Assis Moreira
De Paris

O Brasil entrou em confronto com a China e a Rússia no encontro do G-20 agrícola em Paris. A divergência ocorreu em relação a um parágrafo que encorajava os países a produzirem etanol a partir de plantas e não de matérias-primas para produção de alimentos, e a reduzirem suas exigências de utilização de biocombustíveis no transporte. Isso sujeitaria a política brasileira de combustíveis alternativos à de segurança alimentar global. O pressuposto do texto era que é impossível elevar a oferta de biocombustíveis e alimentos no mundo ao mesmo tempo. O Brasil discorda, porque aumentou a produção de ambos. EUA, Brasil e Canadá bloquearam as tentativas de recomendação de mudanças. **Página B12**

Passado e futuro no Xingu



Índios participam da festa dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso: os mais jovens estão convencidos de que é uma boa hora para reunir lideranças das 16 etnias espalhadas pelos 2,6 milhões de hectares, lembrar o passado e discutir o futuro. **EU & Fim de Semana**

EcoRodovias quer operar em Santos e Viracopos

Fernanda Pires
Para o Valor, de Santos

A EcoRodovias planeja estender sua atuação logística para além das estradas. A holding, que administra concessões rodoviárias, pátios e estações aduaneiras, pretende operar contêineres no porto de Santos, o maior do país, e atuar no aeroporto de Viracopos. "Já somos um parceiro estratégico de todos os terminais operadores de cais", diz o diretor de Desenvolvimento de Negócios, Dario Lopes. A entrada no segmento de operação portuária de contêineres poderá ser feita tanto com um parceiro estratégico de algum grupo já presente em Santos ou isoladamente, conta o executivo. Há dois anos a EcoRodovias, que é concessionária do sistema Anchieta-Imigrantes, disputou a compra de parte do terminal Embraport e perdeu para a Odebrecht.

Quanto a Viracopos, o executivo é mais cauteloso. A preocupação é a forma como o governo está propondo a desestatização, para atender a demanda iminente de Copa do Mundo e Olimpíada. "O evento não pode comprometer o negócio", afirma Lopes. "Ao fazer o processo de desestatização simplesmente para melhorar uma capacidade você pode esquecer elementos que permitam que essa infraestrutura atue como a indutora do transporte". **Página B1**

Pecuaristas buscam apoio dos sem-terra por Carajás

Ana Paula Grabois
De Marabá (PA)

Pecuarista e fundador do Sindicato Rural do Pará, o deputado federal Giovanni Queiroz (PDT-PA) tentou, sem sucesso, atrair lideranças dos sem-terra acampados em Marabá até quarta-feira para participar do movimento pela criação do Estado do Carajás, do qual é o principal articulador.

Entre os cinco mil assentados estava o potencial eleitorado do plebiscito pela criação do Estado. O deputado saiu em defesa pública de suas causas, mas, em entrevista ao Valor, reclamou da insegurança jurídica trazida pelas

invasões e da leniência do Judiciário. Se as lideranças da reforma agrária resistem ao novo Estado, a base do movimento dos sem-terra mostra-se favorável, sob o argumento de que a capital de Carajás, Marabá, estaria mais próxima para receber suas reivindicações.

O eleitorado do plebiscito é alvo de controvérsias. Questiona-se se todo o Pará deve participar ou apenas os eleitores dos 39 municípios de Carajás. O publicitário Duda Mendonça, dono de terras na região, já se ofereceu para fazer campanha pelo plebiscito, de graça. Com o novo Estado, a Vale deixaria de contribuir para o Pará, o que causaria a perda de metade da receita de ICMS. **Página A6**

Previ e Petros vão em busca de investimentos com mais risco

Marcelo Mota
Do Rio

A Previ, maior fundo de pensão do país, acha que os cerca de R\$ 4 bilhões em títulos privados que têm em carteira hoje podem crescer mais R\$ 15 bilhões em cinco anos. Até hoje foi possível bater metas atuariais só com títulos públicos, mas o diretor de investimentos da fundação, Renê Sanda, diz que isso vai acabar nos próximos anos. "Basta que o juro fique em patamar

próximo ao de outros países emergentes que você já está numa situação de ter que correr mais riscos".

Na Petros, a aposta para compensar a queda de rentabilidade nos papéis públicos são os Fundos de Investimento em Participações. Segundo o diretor de Investimentos, Carlos Fernando Costa, a Petros já tem 24 fundos, por meio dos quais participa em mais de 100 empresas. Prepara a criação de mais quatro, que serão voltados para as oportunidades em óleo e gás. **Página C1**

Brasil não está fadado a uma "escolha de Sofia"

Artigo

José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula
Para o Valor, de Brasília

Algumas visões ortodoxas sustentam que, para eliminar o problema do "juro alto, câmbio valorizado", o governo e a sociedade brasileira teriam de fazer uma escolha entre desindustrialização e fim do Estado do bem-estar social, uma verdadeira "escolha de Sofia". E o governo atual tenta — segundo a perspectiva ortodoxa — escapar desse dilema por intermédio da política de acumulação de reservas conduzida pelo Banco Central.

Tendo em vista que o Brasil convive há vários anos com o problema do "juro alto, câmbio valorizado", não nos parece correto basear toda uma argumentação lógica sobre um pressuposto — o pleno emprego — que se aplica apenas ao período bem mais recente da economia brasileira. A premissa de que a escassez de poupança se deve aos incentivos perversos produzidos pela Constituição de 1988 também parece não ser uma hipótese plausível.

A argumentação ortodoxa é questionável do ponto de vista de sua fundamentação teórica e empírica. A economia brasileira não parece estar fadada a uma "escolha de Sofia". **Página A16**

Este é o oitavo artigo da série sobre câmbio, juros e inflação, escrita a pedido do "Valor".

REPORTAGEM DE CAPA

Rito de passagem

Povos do Xingu celebram os 50 anos do Parque Indígena enfrentando questões típicas de um território em transição: índios lutam para manter a identidade e discutem como caminhar para o futuro, enquanto circulam com cocar e celular. Por **Daniela Chiaretti** (texto) e **Cláudio Belli** (foto), do Xingu



S e há um paraíso na Terra, ele fica aqui, aos pés desta lagoa, onde o povo camaiurá se banha todos os dias, na bruma rosada das 5h30. A aldeia Ipavu, no coração do Parque Indígena do Xingu, ao norte de Mato Grosso, fica em um canto do Brasil particularmente lindo e que parece ser assim, exatamente assim, há centenas de anos.

Mas será que a mágica termina à visão da primeira parabólica cravada na aldeia? É muito esquisito quando se vê o primeiro índio de celular — e que, por sinal, aqui não pega? Bobagem. Bastam alguns minutos no Alto Xingu para que se entenda que índio continua sendo índio mesmo de camiseta e shorts, relógio de pulso, Havaianas e TV na oca — assim como japonês não é menos japonês se veste jeans e deixa o quimono no guarda-roupa ou italiano não perde a identidade peninsular se come arroz e feijão no almoço e no jantar. Preconceitos, sempre ridículos e sintoma de ignorância, no caso dos índios brasileiros também são daninhos.

No Alto Xingu, nesse fim de semana de junho, Dia de Santo Antônio e Dia dos Namorados para muitos brancos do entorno, é dia de índio. Há mais de 500 deles circulando pelo pátio cerimonial ou saindo das grandesocas dispostas em círculo para participar do I Festival de Culturas Xinguanas em comemoração aos 50 anos do Parque Indígena do Xingu, o PIX. Alguns “parentes”, o jeito que índio chama índio, vieram até de fora, do Acre, do Rio Negro, do Amapá.

Conta-se nos dedos quem não está paramentado para os três dias de festa — os homens usam cordas, faixas coloridas nos antebraços e joelhos, cintos largos às vezes com chocalhos pendurados. Alguns, entre os mais jovens, vestem cuecas por baixo dos enfeites, mas a maioria está nua. O cacique Raoni Txukarramãe, facilmente reconhecido pelo botoque no lábio inferior, veste camisa e shorts, mas quem se importa? Ele pode tudo. Os caiapós não vivem no parque, mas são reconhecidos por lutar pelos territórios indígenas. Raoni é provavelmente a maior autoridade indígena contemporânea. Ocorre um frisson na aldeia quando ele chega ao festival.

Homens e mulheres exibem tatuagens



muito gráficas — as negras são feitas com tinta extraída do jenipapo ou carvão em resina e as vermelhas, do urucum. Os enfeites que eles vestem são verdes, azuis, vermelhos e amarelos, não há tons pastel no Alto Xingu. A pintura forte emoldurando os olhos é uma característica dos índios dessa região, assim como um colar branco, estupendo, feito de lascas bem recortadas da concha de um caracol, tradição dos calapalos. É a joia do Alto Xingu. Identifica as lideranças das nove etnias que estão aqui desde sempre, os nobres entre os nobres. O detalhe é que não se encontra mais o caracol dentro dos limites do parque e os calapalos têm que comprá-los dos xavantes.

O motivo da festa é comemorar os 50 anos da criação do Parque Indígena do Xingu, em decreto assinado por Jânio Quadros em 14 de abril de 1961, resultado de anos de luta política de uma demanda dos índios apoiados por médicos e intelectuais como Darcy Ribeiro, Noel Nutels e os famosos irmãos Claudio e Orlando Villas Bôas. A efeméride, contudo, é pre-

texto não muito bem aceito por todos. É fácil entender o argumento dos que torcem o nariz para a data: a terra era dos índios, que já estavam lá antes de os brancos chegarem, invadirem, trazerem doenças e provocarem muitas perdas. Mas alguns jovens conseguiram sublimar o eventual mal-estar, convenceram os outros de que era uma boa hora para reunir lideranças das 16 etnias espalhadas pelos 2,6 milhões de hectares e aproveitar para lembrar do passado e discutir o futuro.

É muito raro um encontro desses, entre representantes dos cerca de 6.500 índios que vivem aqui — algumas estatísticas falam em quase 8 mil, mas ninguém, nem a Fundação Nacional do Índio, a Funai, conhece o número exato. Lideranças das 16 etnias que vivem no Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu se reuniram nas visitas dos então presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, há vários anos, e na criação da maior associação indígena do parque, a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), em 1994. As distâncias enor-

mes, as dificuldades de transporte e os altos custos de viagem são obstáculos difíceis de transpor. A outra questão é que há diferenças entre esses povos. Alguns foram inimigos viscerais. Os “kisedjis”, por exemplo, guerreavam com os camaiurás, o grupo que recebe os convidados. Mas agora estão aqui, pintados de negro e em comitiva liderada pelo cacique Kuiuissi, e bem recebidos pelos anfitriões.

São os mais velhos que abrem a primeira roda de conversas, no galpão das falas, recoberto com palha e cheio de cadeiras de plástico brancas. O gesto é sinal de reverência comum às sociedades indígenas, que prezam a família, os anciões, o conhecimento dos pajés. Quando um fala, todos os outros escutam em silêncio. Os pequenos discursos se sucedem entre índios sentados em círculo. Não há mulheres nas primeiras filas. Nem nas outras. As mulheres estão com as crianças, tomando banho na lagoa ou dentro dasocas. A expressão política ainda é domínio masculino.

Os líderes mais experientes contam histó-

rias sobre a criação do parque e externam suas preocupações atuais. “É isso que Claudio e Orlando falaram para mim, naquela época: ‘Um dia o homem branco pode vir e enganar vocês. Entre nós tem gente que mata por dinheiro, que mata pela terra’. Claudio falou para eu lutar e não ser enganado pelo homem branco”, diz o cacique Raoni em sua língua, com tradução imediata para o português feita pelo sobrinho Megaron Txukarramãe. “Enquanto estiver vivo, vou continuar lutando.”

O cacique Aritana, chefe dos iaualapitis, mantém os braços cruzados e a expressão carancuda. O líder famoso, uma espécie de embaixador do Xingu, é outra referência. “Temos que preservar a nossa cultura”, diz. “Temos que manter nossa terra, nosso ambiente, nossa reserva, nossas tradições, por mais 50 anos”, reforça. Aritana esteve envolvido recentemente em uma polêmica em torno de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH). O empreendedor teria entrado em contato com ele, e Aritana teria aceito as condições e compensações

da obra. Só que outros líderes se queixaram de não ter sido consultados pelo cacique iaualapiti e o caso acabou em uma confusão interna. Nem tudo são flores no Xingu. As várias etnias têm muitas diferenças entre si, arestas que os mais jovens querem aparar.

O surgimento de uma série de PCHs nos limites do parque é um dos problemas que afetam a vida dos índios. Como são pequenas, as PCHs estão isentas de apresentar Estudos de Impacto Ambiental (EIA-Rima), já que seu impacto é evidentemente muito menor do que o de uma grande hidrelétrica. “A questão é que há uma chuva de PCHs no entorno do parque, e, então, claro que o impacto é grande”, afirma a engenheira florestal Cristina Velasquez, que há vários anos atua no Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA), a ONG reconhecida pelo trabalho tradicional junto a povos indígenas do Brasil. Mas as PCHs são só uma ponta das aflições que atormentam os índios do Xingu.

A ameaça, eles sentem, está lá fora. Ela pode ter contornos ambientais, como o desmatamento nas bordas do PIX, a poluição das águas pelo uso de agrotóxicos nas fazendas da região, o assoreamento dos rios, a diminuição na vazão como consequência às represas, a redução no estoque de peixes. O parque tem um problema de origem: as nascentes dos formadores do Xingu, rio sagrado para os índios, estão fora de suas fronteiras. Os maiores riscos podem ter também contornos sociais, como a sedução que as cidades exercem sobre os jovens, provocando êxodo nas aldeias e o enfraquecimento cultural. O relacionamento com os brancos é outro fator de preocupação, além do consumo cada vez mais intenso de bebida alcoólica, da crescente introdução de alimentos industrializados e do surgimento de novas doenças. E há ainda o trauma com as invasões, os madeireiros ilegais, o turismo clandestino.

O lugar da festa não poderia ser mais simbólico para discutir passado e futuro e tocar em todas essas questões. O Parque Indígena do Xingu é a terra indígena mais famosa (e talvez a mais glamourosa) do Brasil. Poder assistir a um quarup, o lendário ritual que homenageia os mortos, é sonho de todo branco que se interessa pela vida e cultura dessa gente.

Apresentação de luta no I Festival de Culturas Xinguanas: é muito raro um encontro desses, entre representantes dos cerca de 6.500 a 8 mil índios que vivem no parque - nem a Funai tem o número exato

Chega-se à aldeia Ipavu ou de barco ou de avião, saindo de Canarana. Podem ser sete horas de voadora pelo rio Culuene, o maior formador do Xingu, e depois pelo belo Tuatuari. Vão se seguindo jacarés tomando sol nas margens, bandos de capivaras assustadas e mantos verdes que se levantam de repente — um fantástico tapete voador de borboletas. Pelos ares a viagem leva uma hora, em pequenos aviões que voam baixo e permitem a observação da floresta de transição, do cerrado para a Amazônia. Quando se chega ao parque, o verde aumenta em proporção geométrica. Algumas manchas acinzentadas indicam que ali o fogo se alastrou e são sinal evidente de que a mudança do clima torna a mata mais vulnerável. Pequenas clareiras ocupadas por grandes ocas em círculo começam a surgir na janelinha, surpresas em meio ao verde. O piloto vai apontando a vida no Alto Xingu: essa aldeia é cuicuro, aquela é uaurá, ali há uma aueti.

O avião pousa na pista de terra e mal desliga os motores que já há camaiurá abrindo a porta. Não conseguem esconder a decepção quando entendem que entre os passageiros não está a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, nem o presidente da Funai, Marcio Meira. A presença deles estava confirmada, mas eles não vieram. A ausência foi sentida e interpretada como reação do presidente da Funai à polêmica sobre a construção da usina de Belo Monte, na região de Altamira. Os índios se queixam de que a Funai não os ouviu no processo e acusam o órgão de não tê-los representado devidamente. O cacique Raoni, que há décadas luta contra as várias versões de Belo Monte, pede a saída de Meira do cargo.

O jovem Kadji Waura, professor indígena, se entusiasma, diz que é “grande guerreiro” e que esteve na barragem. “Se acontecer Belo Monte, vou guerrear lá”, avisa. “Digo pra meus alunos: o futuro do Xingu depende de cada um de nós aqui.”

“Foi uma questão de agenda pura e simplesmente”, responde o paraense Aloysio Guapindaia, presidente substituto da Funai (Marcio Meira está em férias) e diretor de promoção ao desenvolvimento sustentável, dias depois da festa, em conversa por telefone com o Valor. “Tivemos dificuldades com o avião da FAB que iria levar as autoridades para a aldeia,



ocorreram problemas com o equipamento. Fugiu à nossa vontade.” Sobre a provocação do cacique, Guapindaia diz que “Raoni tem todo direito de se manifestar, ou contra ou a favor, como qualquer liderança indígena ou qualquer um de nós. Isso é inerente à democracia”. Em seguida, esclarece a linha fina entre a atuação da Funai e sua inserção no governo. “As coisas não se misturam. O nosso trabalho é de conciliar os interesses do governo com o dos povos indígenas. Precisamos estruturar uma política que atenda aos anseios deles. Mas a Funai é um órgão de governo que realiza política de governo.”

Refeitos da decepção, os índios retornam à programação prevista para a manhã de sábado. É a vez de as mulheres dançarem o Yamurikumã. “A história conta que essa peça surgiu a partir de uma rebelião de mulheres contra os homens”, diz Ianukulá Kaiabi Suiá, um dos jovens líderes do Xingu. A lenda fala que as mulheres foram embora da aldeia e durante a viagem entraram em uma grande caverna, feita

por um tatu. Vivem nas profundezas até hoje. Na dança, a única do repertório que é executada apenas por mulheres, alguns adornos são enfeites masculinos, como cocares e braçadeiras. O fim da dança é um susto: as mulheres saem batendo, abraçando e atacando seus parceiros. Mas, como os índios conhecem o fim da coreografia, desaparecem de cena. A “ira” feminina sobra para os incautos convidados não índios.

A discussão da tarde está reservada para as lideranças jovens com audiência formada pelos chefes mais velhos e todos os homens das aldeias. Trata-se de uma oportunidade de fazer ajustes entre a nova e a velha geração. O pano de fundo é a complexidade das mudanças que emergem da influência da TV e da internet, da proximidade cada vez maior das cidades, da educação, das novas tecnologias, da relação com a sociedade que cerca o parque. “O ponto mais forte nessa reflexão de passado e presente é o questionamento das lideranças mais velhas, se os mais jovens vão levar adian-



te suas lutas”, analisa Cristina Velasquez.

Os índios, falando por eles mesmos, são sua melhor tradução:

“Não dá para viver em plena liberdade e harmonia com o desmatamento fora do Xingu, que acontece pela plantação de soja e o gado. A saída dos nossos jovens para a cidade, sem retornar à aldeia, é problema. Nossas lideranças, meio divididas, é outra questão. Vocês sabem que nossa luta sempre foi coletiva. A prática do turismo dentro da nossa reserva é outro problema”, resume o professor Iawaritu Trumai, falando com delicadeza aos mais velhos, que a hora é de união dos índios, não importam as diferenças do passado.

Trumai também toca em um ponto complicado, do turismo clandestino. Em algumas aldeias já há banheiros construídos e, à porta, letras pintadas discriminam “Ele” e “Ela”, indícios claros de que o trânsito de não índios deve ser frequente. “Isso é gravíssimo”, diz Guapindaia. “A Funai tem muitas críticas ao turismo dentro de terras indígenas. Essa prática

não é regulamentada e, embora traga um rendimento, o que é positivo para eles, tem efeitos negativos, como alcoolismo, prostituição e doenças”, continua. “Quando ficamos sabendo, vamos à comunidade e tentamos convencê-los de desistir disso.”

O rapaz de óculos, outro professor indígena, conta que o avô, na década de 30, já “falava a língua do caraíba”. O discurso de Mutua Mehinaku é impressionante: “Quando a Escola Paulista [de Medicina] chegava à aldeia eu ficava com medo, porque ouvia que um dia o branco ia me dar um biscoito com açúcar envenenado e eu ia morrer. Também escutava que a escola era muito perigosa e, se eu entrasse ali, eu ia mudar”, conta. “Hoje, depois de estudar muito, valorizo a nossa língua e defendo a escola como um espaço de analisar a nossa cultura.” Mehinaku nasceu em uma aldeia cuicuro, tem 30 anos e três filhos. Tem página no twitter e perfil no Google. Em dezembro defendeu tese de mestrado no Rio, sendo orientado pela re-

nomada antropóloga Bruna Franchetto. “É um futuro líder”, aposta Cristina Velasquez.

A questão da educação é muito mais complexa do que pode parecer. As escolas nas aldeias, que dão ensino bilíngue e contam com professores indígenas, chegam até a 8ª ou 9ª série. Alguns jovens começam a querer cursar o ensino médio e vão para as cidades. Outro fator de êxodo é a busca, sempre maior, do acesso aos direitos sociais dos índios, como a aposentadoria enquadrada no regime de trabalhador rural ou o Bolsa Família. O que é obrigação do Estado acaba tendo um efeito colateral, e a sedução dos centros urbanos está vencendo a batalha.

Outro professor indígena, Aturi Kawaiwete, levanta temas muito atuais no cotidiano xinguno. “Eu me sinto triste de não ver uma discussão de mulheres, que também são guerreiras, para falarem do futuro do Xingu”, começa. “Hoje a mudança climática mudou nossa vida tradicional. Não podemos mais acender fogo no mato porque ele se espalha e acaba com nossos remédios, acaba com a madeira para construir a nossa casa. Isso é fundamental para o nosso futuro. Já se fala no mercado de carbono”, prossegue.

Uma jovem agarra o anzol lançado pelo jovem “kawaiwete” e pede a palavra. “A minha pergunta é para os professores. O que vamos fazer para evitar que nossos filhos vão para a cidade? Não quero colocar minha filha em uma escola que fica seis meses sem aula. Se tenho escola boa na aldeia, vou querer que meus filhos estudem aqui”, diz Watatakali Yawalapiti, a Takan. A plateia reage com gritos de “Uhu!”. Takan nasceu na aldeia iualapiti, do tio Aritana. Com a família viveu no Posto Leonardo — um dos primeiros locais de apoio às aldeias indígenas do Xingu, com escola e posto de saúde. Na adolescência morou em Canarana, depois em Brasília. “Sempre estudei em escola fraca, sem professores. Eu era a única aluna indígena, sofria preconceito.”

As dificuldades vieram de todo lado. Na aldeia ninguém acreditava que ela fosse voltar. “Achavam que, porque eu estudei fora, ia casar com branco.” Takan casou-se com Ianukulá Caiabi, que trabalha na Funai, em Canarana. A moça tem uma loja na cidade, de artesanato indígena. “Eu conheço os dois mundos. A edu-

O cacique Raoni Txukarramãe, também presente no encontro: os caiapós não vivem no Parque do Xingu, mas são reconhecidos por lutar pelos territórios indígenas

A jovem Takan, com maquiagem típica; o professor Mutua (à esq.), que tem página no Twitter; e o cacique Aritana, espécie de embaixador do Xingu: defensores da cultura

cação no Xingu vem ajudar a gente, mas não está funcionando como deveria.”

Todos, na reunião, falam em português — se cada um se exprimir na própria língua, ninguém se entende. “Falar português é um elemento de defesa, para ficarem menos vulneráveis”, explica André Villas Bôas, há 16 anos coordenador do Programa Xingu e secretário-executivo do ISA. A exceção à regra é Raoni, que se exprime em sua língua. Depois de todas as falas, o velho cacique pede a palavra, chama pelo sobrinho Megaron, inclina o corpo em 90 graus, joga os braços para trás. Começa uma dança circular muito ágil e entoa uma cantoria. Não se sabe ao certo a idade de Raoni. Alguns calculam entre 70 e 75 anos, outros suspeitam que está próximo dos 80. O cacique começa a falar e toca em vários pontos do que foi dito. Não se escuta nenhum ruído, todas as atenções estão voltadas para ele. “Quero falar para as mulheres, minhas filhas. A força de vocês é grande. Apoie a luta do marido de vocês”, recomenda. Prossegue: “Quero falar sobre a religião que querem trazer para nós. Eu não aceito isso. Não quero esse costume do branco de cobrir o rosto com a mão”. A audiência responde: “Uhu!”

As mudanças do mundo de fora ocorreram em velocidade impressionante nesses 50 anos e atingiram as populações no parque. “Quando o PIX foi formado, as perdas eram muito vivas ainda, havia grupos quase extintos, reduzidos a 40 pessoas”, conta André Villas Bôas, que não tem parentesco próximo com os irmãos da saga xinguaná. “Em 1961, quando se pensou o parque, pensava-se os índios como algo do passado do Brasil”, continua. A criação do PIX foi uma atitude ousada, mas, na tentativa de proteger vários povos de serem massacrados ou morrer nas epidemias de gripe e sarampo, muitos perderam seus territórios ao ser trazidos para dentro da reserva. É o caso dos icpingues, por exemplo, retirados de seu lugar, que foi invadido por garimpeiros. O caso mais famoso é o dos panarás (ou crenacadores) que foram transferidos para o Parque do Xingu, mas nunca se adaptaram.

Testemunhas das mudanças, o casal de médicos sanitários Sofia Mendonça e Douglas Rodrigues, da Escola Paulista de Medicina/Unifesp, é várias vezes mencionado com



apreço pelos xinguanos. Douglas visitou a região pela primeira vez em julho de 1981, para ajudar no combate de uma epidemia de coqueluche. “Naquela época tinha muita malária, tuberculose, epidemias de gripe devastadoras”, conta o “doutor Douglas”, como os índios o chamam. “A gente lutava com o que tinha, havia falta de medicamentos, a mortalidade era altíssima.”

Eles ajudaram nas campanhas de vacinação, na formação de agentes de saúde indígena e de auxiliares de enfermagem. A malária ficou sob controle, as epidemias cessaram. Mas uma nova geração de males começou a surgir com casos de hipertensão e diabetes, obesidade e doenças sexualmente transmissíveis. “Hoje eles convivem ainda com desnutrição, escabiose (sarna) e doenças mais complexas”, diz Sofia. Os índios aprenderam a reconhecer a eficácia de técnicas dos brancos, como as vacinas, e os médicos aprenderam a trabalhar com os líderes espirituais das aldeias. “O trabalho com o pajé é fundamental ou a ló-

gica biomédica não funciona”, comenta Sofia.

Antes de o festival terminar há uma exibição de huka-huka, a tradicional luta entre guerreiros e guerreiras. Vence quem joga o outro ao chão ou quem encosta na barriga da perna do adversário. Uma parte do quarup é encenada e há ainda a hora em que se trocam cerâmicas por vestidos ou lanternas por pulseiras de miçangas, em um grande “moitará”. A festa pelos 50 anos do parque chega a São Paulo nos próximos dias, com exposição fotográfica na Cinemateca, mostra de filmes e ciclo de debates. Este ano, ainda, aguarda-se o lançamento do filme “Xingu”, de Cao Hamburger. Na aldeia Ipavu o festival termina com a leitura de cartas no pátio central dos camaiurás. Ali, os índios do Xingu pedem uma mudança sutil, que, no entanto, vai muito além da semântica. Eles rejeitam a denominação Parque Indígena, que, entendem, traz embutida a ideia de “zoológico” e “parque de diversões”. De agora em diante, dizem, querem que sua terra ganhe status de território. ■

Vista aérea de uma aldeia no Alto Xingu: lideranças rejeitam a denominação de Parque Indígena e querem que sua terra ganhe status de território

MÍDIA

No Afeganistão, a revolução é televisionada

Farrell Meisel, executivo americano, comanda a rede de televisão que, de Cabul, põe em cena debates políticos e mulheres abusadas. Por **Diego Viana**, de São Paulo

Sentada diante da porta do estúdio, a mulher esperava a hora da gravação. Encolhida contra a parede, bebericava um suco de caixinha e chorava copiosamente. Quando deu o horário, ela se levantou e entrou na sala para gravar o programa “A Máscara” (Niqab). Criado pelo advogado Sami Mahdi, de 28 anos, “Niqab” é exibido pelo canal 1TV, de Cabul, capital do Afeganistão. No platô, atrás de uma máscara azul e branca que protege suas identidades e lhes dá coragem, mulheres contam suas experiências de abuso doméstico no interior do país.

O caso da convidada aos prantos está entre os mais impactantes do repertório do americano Farrell Meisel, presidente da 1TV, que começou a transmitir de Cabul em 2010. Meisel esteve no Brasil e falou no 12º Fórum Brasil TV sobre a experiência de fazer “televisão a partir da frente de batalha”. Com objetividade e frieza, o executivo relata a experiência afegã. “Já atravessei um verão e um inverno, estou na primeira primavera no país.” Sua mulher, a cineasta Vered Kolek, dispensa a frieza e ressalta os aspectos mais duros da vida em Cabul: as faltas de energia e água, as ruas sem pavimentação, a obrigação de se manter cercado de seguranças. “Eu me adapto. Procuo não ir a lugares que possam ser perigosos”, completa Meisel, friamente.

Ele começou uma carreira internacional na televisão em 1992, quando participou da fundação da TV6 de Moscou, a primeira rede de televisão privada da Rússia após a queda da União Soviética. Naquele ano, diz, estava cansado do rumo da mídia americana. “Tudo estava ficando muito igual, o mercado não prometia nada. Pensei até em abrir uma tabacaria.”

Desde então, comandou canais na Turquia, na Polônia e em Cingapura,

além da rede Al Hurra (“o livre”), canal em língua árabe financiado pelo governo americano. “O projeto russo abriu caminho para mercados emergentes, que quebravam o monopólio estatal”, estima.

No Afeganistão, Meisel toca um canal idealizado por Fahim Hashimy, veterano do exército de 30 anos. O lucro é uma perspectiva distante, mas não de todo ausente. O mercado de televisão é recente no país, teve início em 1974, mas foi banido pelo Talibã entre 1996 e 2002. Hoje, as mídias se expandem rapidamente. Criam-se, a cada ano, nove canais de televisão e 20 de rádio, segundo o relatório “Mídia Afegão em 2010”, da agência governamental americana Usaid (United States Agency for International Development). Em número de receptores, o crescimento anual é de 20%.

Enquanto o lucro não vem, a rede busca seus outros propósitos. A inscrição na vida política do país, ocupado por tropas estrangeiras e ameaçado pelo fundamentalismo religioso, é um triunfo. “Ele escolheu o nome ‘Yak’ [‘um’ em dari, vertente afegã do idioma farsi] para representar a unidade da nação. Fahim dá grande importância à unificação das tribos”, diz Meisel. Os demais canais, como o líder Tolo TV, fundado em 2007, evitam envolver-se pelas polêmicas de um país com recorrentes atentados a bomba. A rede Emrooz, que exibia sem censura vídeos musicais de países vizinhos, como Tadjiquistão, Irã e Índia, foi fechada pelo Ministério da Cultura por conduta não condizente com o Islã.

A Yak TV exhibe debates, “talk shows” e reportagens investigativas. Nos debates, discussões acerbas não são exceção. “A Máscara” tampouco é sempre bem recebido. “Mesmo entre



Meisel: “Mesmo entre os jovens, muitos afegãos não acreditam em igualdade”

os jovens, muitos afegãos não acreditam em igualdade. A apresentadora de um dos nossos programas foi obrigada a largar o emprego pela própria família”, diz Meisel.

O desafio da 1TV, diz seu presidente, é como o de qualquer outro canal: conciliar os desejos do público, que “quer ser estimulado, entretido e informado”, com os interesses dos anunciantes. Os 65 canais do país (apenas 25 registrados) dividem US\$ 30 milhões de publicidade por ano. Os anunciantes se restringem ao governo afegão, o governo americano, a Etisalat (agência de comunicação dos Emirados Árabes Unidos), organizações não-governamentais e instituições multilaterais.

Ainda assim, segundo o relatório da Usaid, são dez mil profissionais trabalhando nesse mercado. Na 1TV, são 300 empregados. Televisão e rádio são de longe o meio de comunicação com

maior penetração: só 30% dos 29 milhões de afegãos sabem ler, ou 43% dos homens e 12% das mulheres.

Os números trazem à tona o papel social da televisão. Os debates e “A Máscara” são definidos por Meisel como “uma porta que se abre”. “A Máscara”, em particular, é uma “forma de empoderar as mulheres”, e Mahdi diz que o projeto foi criado com o pensamento em sua mãe.

São iniciativas para um país em que a regulamentação legal é acrescida de regras criadas “ad hoc” por mulás, ou seja, autoridades religiosas. “Sofremos pressões tanto do governo quanto de grupos religiosos. É normal. Não podemos impor nossas liberdades. É um processo de treinamento”, diz o executivo americano, que se dedica a entreter os afegãos e treiná-los nos valores vindos do Ocidente por meio da televisão comercial. ■